

**O Discurso do Grupo Nacional da Guiné-Bissau
Alusivo ao Tema do Debate Central da 143.ª
Assembleia Geral da UIP**

Madrid, 26 a 30 de novembro de 2021

***“Superar as divisões e fortalecer a coesão para enfrentar
os desafios da democracia”***

Excelência Senhor Presidente da UIP,

Excelências Senhores Presidentes dos Parlamentos
Membros da UIP,

Excelência Senhor Secretário – Geral da UIP,

Ilustres Organizações Internacionais Convidadas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

As Minhas saudações e agradecimentos ao Parlamento da Espanha, pela excelência de acolhimento reservada as delegações e pela elevada performance na organização dessa nossa 143.ª Assembleia Geral, especialmente por ter sido num período particular de pandemia de Covid-19.

Excelências,

É justamente essa pandemia que acabou por forçar-nos a encerrar, com outro sentido de responsabilidade, o que a natureza sempre deixou bem patente, mas teimosamente relegamos à margem, a nossa existência em sociedade global e inclusiva, onde só somos capazes de enfrentar com sucesso os grandes desafios que nos abundam com a contribuição conjugada de todos.

Acreditar obstinadamente na manutenção das fictícias fronteiras físicas e mentais, só contribui para alargar a nossa divisão e criar condições para o fracasso global na luta para a transposição dos grandes obstáculos mundiais. As duas grandes guerras ergueram a força da humanidade contra o inimigo comum e registou êxito, tal como permitiu a criação de grandes instituições e mecanismos preventivos mundiais contra as eventuais futuras veleidades contra a humanidade.

Decorre dessas gigantescas decisões o nascimento das Nações Unidas, a assunção de inúmeros e fundamentais instrumentos de compromissos internacionais, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções Internacionais e outras ferramentas de política comum em prol da paz, estabelecidas

estabilidade e convivência são entre os povos no nosso planeta.

Porém, apesar dos ensinamentos da história, alguns desafios do percurso, não raras vezes, fazem emergir o nosso egoísmo, sobretudo dos mais poderosos que se acomodam no seu conforto, ignorando a máxima de que “a união faz a força e ajuda a derrubar obstáculos”.

É, pois, feliz a escolha desse tema central para o nosso debate, na medida em que poderá permitir a tomada de consciência de que nunca devemos abandonar o espírito de união no que tange ao combate aos males globais, regionais ou locais, desde que representam uma afronta e perigo à nossa existência humana.

A nossa diversidade não constitui uma obra do acaso, significa, sim, a nossa força expressa de diversa forma e em localidades diferentes dentro do mesmo universo. Enquanto seres humanos caracterizados por viverem em sociedade, que procuram permanentemente a satisfação do seu bem-estar, não podemos ignorar a necessidade da nossa atuação em conjunto para benefício de todos, sem discriminação de qualquer região ou país.

Um Estado social justo, de paz, respeitador da dignidade da pessoa humana, que proporciona bem-estar aos cidadãos, constitui o fim perseguido pela democracia, nada mais que o desenvolvimento sustentado da sociedade. Essas são as preocupações que qualquer sistema democrático real visa resolver. Não são desafios quaisquer, implicam a conjugação de conhecimentos e de esforços na definição de estratégias robustas acompanhado de uma implementação coordenada e eficiente.

Daí que às competições entre as grandes potências económicas, embora salutarese para os avanços registados pela humanidade, por isso de incentivar, deve-se juntar o ingrediente da inclusão de todos na procura e consecução de resultados globais, concedendo particular enfoque a distribuição equitativa e solidária dos resultados da produção. São erguidas muitas barreiras aos países em crescimento e os menos desenvolvidos dos grandes negócios mundiais, casos da Organização Mundial do Comércio, as decisões para travar as nocivas mudanças climáticas, etc, etc.

Excelências,

As pandemias, as calamidades, os intemperes e diferentes flagelos da humanidade são por todos sofridos, independentemente da sua proporção e intensidade. A

natureza não diferencia os homens quando graça os seus fenómenos sobre eles, será justo, nós, os humanos, seres pensantes e possuidores de emoções e frutos da própria natureza, descriminar os semelhantes?

No polo da responsabilização e comprometimento com o bem coletivo, a igualdade nas exigências à cada Estado e povo deve gritar mais alto e em primeira linha. Por que a medida da nossa condição humana atribui a cada um de nós a quota parte de contribuição para o progresso do nosso planeta.

A igualdade justamente conceituada como o tratamento do igual de forma igual e diferente na medida da sua diferença, consubstancia o princípio em que deve assentar o relacionamento entre os nossos Estados na busca do progresso da nossa aldeia global. Desta forma, as exigências a cada Estado devem ser gradativas e progressivas, até atingirmos o ponto de equilíbrio na responsabilização de todos no processo de desenvolvimento sustentável do planeta.

Definir e investir nos programas reais de cooperação e de solidariedade com países menos desenvolvidos, sem olhar neles como uma fonte de aumento de riqueza para os mais poderosos, é uma das formulas para diminuir o fosso de divisão que existe.

Se deixarmos de nos olhar com espirito de contendores, adversários, por vezes até como inimigos, e concentramos

as sabedorias, as tecnologias, as matérias primas e as vantagens da natureza em benefício do crescimento e bem-estar comum, todos teríamos a ganhar e o nosso planeta agradeceria.

Para terminar, gostaria de lembrar que os desafios tendem a aparecer globais, o ser humano apresenta-se cada vez mais ligado um do outro, a segurança sanitária, alimentar e climática são exigências mundiais, em consequência parece certo pedir um esforço a todos no engajamento com esses desafios mundiais.

Muito obrigado e um bem-haja á todos.

143.ª Assembleia Geral da União Interparlamentar - Discurso da Senhora Deputada Maria Adiatú Nandigna

Sr. Presidente

Honoráveis Parlamentares

Minhas Senhoras e meus senhores,

Permitam que dirija felicitações, em nome do Presidente da Assembleia Nacional Popular Eng Cipriano Cassamá, em meu próprio nome e em nome do Estado e do Povo guineenses.

Desejo saudá-los e exprimir os meus votos de que este 143º Assembleia Geral da União Interparlamentar nos conduza a decisões portadoras de impactos positivos no processo de desenvolvimento sustentável dos nossos países.

É certo que vivemos num estado democrático, que consagra um extenso conjunto de direitos, liberdades e garantias, direitos fundamentais, que no seu conjunto consubstanciam e respeitam a dignidade da pessoa humana.

Guiné-Bissau tem vindo a dar passos importantes na construção de um estado democrático e de direito. No entanto, estas conquistas não estão, ainda, plenamente incorporadas como cultura democrática.

A Guiné-Bissau apresenta ainda dificuldades que impedem a plena materialização dos direitos económicos, sociais e culturais.

Apesar de não termos registos de violações massivas e generalizadas de direitos humanos, atos de violência são cometidos todos os dias, sobretudo contra os mais vulneráveis.

Urge, assim, unir esforços para que juntos possamos promover e consolidar uma cultura de direitos humanos, cidadania e paz no nosso país.
